



Governo dará salário por mic

MURILO RODRIGUES ALVES E LÍGIA FOMENTI - O ESTADO DE S. PAULO

27 Janeiro 2016 | 03h 00 - Atualizado: 27 Janeiro 2016 | 08h 43

Famílias com bebês com má-formação e renda de até R\$ 220 por pessoa receberá
cruza dados

BRASÍLIA - Bebês diagnosticados com microcefalia em todo o País vão ter direito a receber um salário
aposentadoria, desde que pertençam a famílias com renda mensal de até R\$ 220 (um quarto do salário
deve ser anunciada nos próximos dias pelo governo como forma de proteção às famílias pobres com

O **Estado** apurou que o Ministério da Saúde já repassou a lista com os municípios onde foram registrados
o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) faça um cruzamento com o cadastro único do governo
MDS confirmou que está em diálogo com os técnicos do Ministério da Saúde.

AGENTES FAZEM AÇÃO CONTRA O 'AEDES' NO SAMBÓDROMO DO RIO

Agentes da Secretaria municipal de Saúde fizeram uma operação de combate ao mosquito da
dengue no sambódromo, no início da manhã de 26 de janeiro



O Benefício de Proteção Continuada (BPC), instituído pela Constituição de 1998 e regulamentado por

(Loas), garante 1 salário mínimo mensal a idosos com mais de 65 anos e a pessoas com deficiência que sustentam nem podem ser sustentadas pela família, independentemente da idade. Atualmente, 4,2 milhões do orçamento deste ano, sem incluir os casos de microcefalia, estima pagamentos de R\$ 48,3 bilhões.

País. Para o advogado especialista em Direito previdenciário Rômulo Saraiva, além das consequências do benefício deve ser acrescentado o impacto da doença na vida dos pais. “Essas crianças precisam dos pais, que, muitas vezes, têm de abdicar do emprego”, afirmou.

O último boletim do Ministério da Saúde, com dados até 16 de janeiro, relata a existência de 3.893 casos de microcefalia no País. Para pedir o benefício, é preciso agendar uma perícia no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O **Estado** ligou para a central de atendimento, que informou ser preciso o número da identidade e o endereço de agendamento. Para a concessão do benefício, a criança passará por avaliação médica e social.

Por causa do represamento de perícias, motivado por uma greve no INSS, os agendamentos são feitos segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, é assegurada a oferta prioritária dessa avaliação para o Benefício de Proteção Continuada.

Saraiva explicou que, caso o pedido seja negado ou demore mais de dois meses, as famílias podem recorrer ao INSS.

O Brasil ficou barato e devemos aproveitar o momento para ganhar d...

Empiricus

“Cura da calvície” supera pílula para impotência e lidera ranking de compr...

Haircaps suplementos

Musa fitness elege melhor maneira para emagrecer

Blog Equilibrio e Saude

Taylor Swift, Donald Trump e Rihanna estão nus em clipe; veja como Kanye We...

As provas da ostentação da família Cunha

As razões de Teori para contrariar Janot em decisão sobre Lula